

**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A TRANSVERSALIDADE ENTRE MERCADO
DE TRABALHO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

CLÁUDIA REGINA BANDEIRA DA SILVA

**RIO DE JANEIRO
2021**

CLÁUDIA REGINA BANDEIRA DA SILVA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A TRANSVERSALIDADE ENTRE MERCADO
DE TRABALHO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Centro Universitário São José,
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciatura em Pedagogia do Centro
Universitário São José (UNISÃOJOSÉ).

Orientador: Prof. Me. Márcia Maria Ferreira
dos Santos

**RIO DE JANEIRO
2021**

RESUMO

Dentro do processo de construção e desenvolvimento deste trabalho, busca-se a realização de uma análise clara e objetiva acerca da Educação de Jovens e Adultos e o mercado de trabalho. Nesse aspecto um problema surge: Até que ponto o aluno da EJA consegue conciliar sua inserção e permanência no curso, com sua realidade profissional? Dentro dessa ideia e a fim de facilitar esse progresso quanto ao entendimento, o trabalho divide-se em objetivos que são o geral e o específico. Como objetivo geral busca-se: Compreender o desenvolvimento da EJA no Brasil ao longo do tempo. Como objetivos específicos busca-se: Identificar como a Educação é vista pela Constituição Federal; Especificar as dificuldades existentes para jovens e adultos na EJA; Entender como as experiências ao longo da vida dos alunos influenciam no momento em que chegam a EJA. Como metodologia utilizada no trabalho, busca-se o desenvolvimento do trabalho por meio da análise bibliográfica de fontes primárias e secundárias que contribuam para o desenvolvimento do trabalho, sendo utilizados para tal, os trabalhos desenvolvidos por teóricos, tais como: Freire (2011); Oliveira (1960); Romanzini (2020); Sennet (2007), dentre outros. O trabalho em questão, muito além de uma relevância acadêmica, possui uma relevância social e profissional, uma vez, que contribui para que o processo de pesquisa possa ser corroborado, ampliado e questionado posteriormente, o que é muito positivo para que o trabalho técnico e científico seja ainda mais valorizado no futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Mercado de Trabalho. Dificuldades

ABSTRACT

Within the process of construction and development of this work, we seek to carry out a clear and objective analysis of the Education of Youth and Adults and the labor market. In this aspect, a problem arises: To what extent can EJA students reconcile their insertion and permanence in the course, with their professional reality? Within this idea and in order to facilitate this progress in terms of understanding, the work is divided into objectives that are general and specific. The general objective seeks to: Understand the development of EJA in Brazil over time. As specific objectives, we seek to: Identify how Education is seen by the Federal Constitution; Specify the existing difficulties for young people and adults in EJA; Understand how the experiences throughout the life of students influence the moment they arrive at EJA. As a methodology used in the work, the development of the work is sought through bibliographical analysis of primary and secondary sources that contribute to the development of the work, being used for this, the works developed by theorists, such as: Freire (2011); Oliveira (1960); Romanzini (2020); Sennet (2007), among others. The work in question, far beyond academic relevance, has a social and professional relevance, as it contributes to the research process being corroborated, expanded and questioned later, which is very positive for the technical and scientific knowledge is even more valued in the future.

KEY-WORDS: Youth and Adult Education. Labor market. difficulties

INTRODUÇÃO

Dentro do processo relacionado a construção e ao desenvolvimento deste trabalho, observa-se o quão importante é a Educação para a sociedade em seus mais variáveis aspectos, tendo em vista, que em meio a uma sociedade cada vez mais competitiva, o conhecimento e a comprovação desse, acaba sendo a diferença entre o sucesso e o fracasso no ambiente profissional em vários momentos.

O fato é, que mesmo com essa realidade expressa, existem pessoas que devem fazer uma difícil escolha, que é trabalhar ou estudar, o que não as faz inferiores ante as demais, mas, representa um desafio do ponto de vista social e acadêmico, tendo em vista, que a própria melhoria da sociedade também está inter-relacionada ao oferecimento de oportunidades as pessoas por meio da educação.

Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem não é algo limitado em si mesmo ou apenas restrito a um grupo específico, é um processo que precisa proporcionar as pessoas muito mais do que o mais do mesmo, mas, deve proporcionar verdadeiramente uma melhoria em todos os aspectos na sociedade. Dentro dessa ideia, não busca-se somente o entendimento acerca de uma transversalidade entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o mercado de trabalho e a sua necessária capacitação, mas, busca-se, mostrar o quanto a Educação é importante para todos e o quão necessário é que mesmo aquele que teve poucas oportunidades, receba também um ensino de qualidade.

Seguindo essa ideia apresentada no trabalho, um problema surge: Até que ponto o aluno da EJA consegue conciliar sua inserção e permanência no curso, com sua realidade profissional? Dentre as hipóteses existentes para que ocorram as dificuldades nessa conciliação, está o fato de que muitas vezes as pessoas precisam priorizar o seu trabalho em relação a sua formação educacional, o que traz prejuízos a médio e longo prazo que podem tornar-se irreparáveis, o que denota a necessidade do desenvolvimento de um trabalho que observe esses detalhes.

É necessário observar e considerar que o estabelecido na Constituição Federal de 1988 em seu Art. 205 não é cumprido, o que faz com que os adultos sejam penalizados pelo fato de precisarem optar pela garantia de sua subsistência em detrimento de sua própria necessidade educacional, o que apresenta efeitos a médio ou longo prazo, que dependem da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para serem, ao menos, reduzidos, o que não afasta todo o prejuízo

existente por conta do descumprimento consciente de normas que poderiam ser determinantes para a melhoria da situação de vida de um infinito número de brasileiros, sendo necessário analisar atentamente o que é expresso por Freire (2011) quanto a necessidade de mudança, tendo em vista, que o quadro existente na atualidade, precisa ser o quanto antes objeto de uma profunda reflexão.

No sentido de oferecer um melhor entendimento acerca do trabalho, o mesmo divide-se em objetivos que são o geral e o específico. Como objetivo geral busca-se: Compreender o desenvolvimento da EJA no Brasil ao longo do tempo. Como objetivos específicos busca-se: Identificar como a Educação é vista pela Constituição Federal; Especificar as dificuldades existentes para jovens e adultos na EJA; Entender como as experiências ao longo da vida dos alunos influenciam no momento em que chegam a EJA. Como metodologia utilizada no trabalho, busca-se o desenvolvimento do trabalho por meio da análise bibliográfica de fontes primárias e secundárias que contribuam para o desenvolvimento do trabalho, utilizando para tal, o processo qualitativo, como método para a construção da ideia apresentada, sendo este trabalho relevante não somente do ponto de vista acadêmico, como também, social, o que mostra a importância do que está sendo desenvolvido.

1. UM ENTENDIMENTO SOBRE O A REALIDADE EDUCACIONAL

A Educação é um elemento que é decisivo socialmente em vários aspectos, tendo em vista a sua capacidade de alteração da realidade existente, por meio da capacitação de homens e mulheres, que terão as bases para manter-se em uma sociedade exigente e que não deixa espaços para aqueles que não tiveram oportunidades de frequentar o ambiente escolar. Nesse sentido, observa-se acerca desse assunto que: “No Brasil, especialmente, desde a década de 1960, em virtude de necessidades políticas e econômicas, assiste-se à formulação de medidas e leis com o objetivo de erradicar o analfabetismo” (OLIVEIRA, 1960, p. 147).

Todavia, isso não é sinônimo que tudo funciona tal como deveria ser no Brasil, tendo em vista que, mesmo que a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, mostre que a Educação é um direito de todos, existe um abismo entre teoria e prática, que faz com que a realidade seja mais complexa do que se imagine.

Um dos pontos observados, que contribuem para esse quadro, é a necessidade existente de que as pessoas garantam o seu sustento por meio do seu trabalho. Esse fato poderia ser visto

como um elemento normal do ponto de vista social e profissional, se o preço a ser pago fosse abrir mão das próprias necessidades de aprendizado que as pessoas possuem, e que só podem ser alcançadas por meio de um ambiente escolar que possibilite esse aprendizado de maneira clara e objetiva e que ofereça as bases para um ensino superior ainda mais eficiente, onde será formado o cidadão com capacidade para alterar não somente a sua realidade, como também, a realidade dos demais ao seu redor.

Nesse aspecto, fica evidente que por mais até que Brasil (2019) mostre a previsão constitucional da educação na sociedade, a diferença entre teoria e prática é um elemento extremamente determinante para esse quadro e que afeta a vida de milhões de brasileiros de norte a sul do país.

Observa-se que fatores de ordem política afetam muito as ações que são desenvolvidas pelos governantes e essas ações variam de acordo com a visão existente em cada governo, o que pode contribuir para uma evolução ou um atraso em relação a demanda existente na sociedade. Acerca disso, Borón (et al, 1995) aponta o quanto as ideias inter-relacionadas ao neoliberalismo contribuem para esse quadro, em que o distanciamento entre teoria e prática acaba tornando-se uma regra. Deste modo, observa-se que ideias surgidas no passado ainda são determinantes para as ações que são desenvolvidas no presente. Acerca disso, observa-se, que:

[...] a origem do neoliberalismo está no fim da segunda grande guerra, como uma oposição teórica e prática ao Estado do Bem Estar Social. Impõe, portanto, a diminuição até o desaparecimento das funções do Estado na ingerência da sociedade em setores cuja pesada massa de impostos, deveria retornar em investimentos sociais de grande monta. Investimentos no social são considerados como parasitários do verdadeiro desenvolvimento. (ROMANZINI, 2020, p. 7).

Foi iniciado, então, o desenvolvimento de um processo que entendia a necessidade do chamado “Estado mínimo” e que, conseqüentemente, buscava fazer com que o Estado fosse desobrigado quanto ao cumprimento de suas obrigações para com a sua população, o que evidencia um propósito de que tudo seja mantido a divisão social existente na sociedade, que tanto contribui para as desigualdades existentes, em que os mais pobres acabam tendo que passar a vida trabalhando para os mais ricos.

Isso ocorre, principalmente, pelo fato de que pouco importa se aquela pessoa em uma situação de extrema pobreza terá as mesmas oportunidades daquele que possui as melhores condições financeiras quanto aos aspectos educacionais. O que importa é um modelo de desenvolvimento que mostre-se acima de qualquer necessidade social e que seja voltada tão

somente à obtenção do lucro, o que faz com que jovens e adultos de grande talento e capacidade, sejam esquecidos e distanciados do aperfeiçoamento educacional que tanto precisam, o que impacta poderosamente o presente e o futuro de um país com imensas desigualdades sociais, tal como o visto em Brasil (1995).

Um fator que acaba sendo um reflexo direto desse modelo neoliberal existente, aponta para o fato de que é necessária: “A destruição das redes assistenciais e dos direitos é por sua vez justificada como libertando a economia política para agir com mais flexibilidade, como se os parasitas puxassem para baixo os membros mais dinâmicos da sociedade” (SENNET, 2007, p.167).

O problema é que nesse “modelo parasitário” que foi elaborado, a medida em que as pessoas foram abandonadas a sua própria sorte, tiveram que mais cedo adentrar no mercado de trabalho, no sentido de que ao menos pudessem estar em condições de garantir o seu sustento e o sustento dos seus familiares.

1.1 A DEMOCRACIA E SEUS OBSTÁCULOS

Nesse aspecto, em que a distância entre teoria e prática somente aumenta, observa-se ainda que: “A democracia e o discurso sobre a ordem democrática são reduzidos a uma versão mínima, que não contém referência a padrões substantivos” (ALTVALTER, 1999, p.129). Elemento esse que não deixa dúvidas quanto a realidade existente e os efeitos das ações e omissões cometidas.

Quando analisa-se o apresentado por Altvalter (1999) e Sennet (2007), observa-se que essas ideias complementam-se, pois, não pode existir democracia quando a ideia existente é de um “Estado mínimo”, que vem sendo a mais tempo do que imagina-se o discurso para a legitimação das injustiças e que tem contribuído para que as pessoas que mais necessitam sejam extremamente prejudicadas em todos os aspectos

Acerca desse ponto, ao qual é apresentado, em meio a um crescente processo de injustiças, verifica-se que a educação é um ponto decisivo existente dentro da sociedade e a diferença entre o sucesso e o fracasso da coletividade. Medidas vistas como essenciais, mas, que, na realidade, apenas atendem a interesses de uma parcela da sociedade, acabam tirando o que de mais precioso pode existir, que é a construção do conhecimento.

Nesse sentido, observa-se que ideias desenvolvidas, tal como a EJA, acabam sendo o início de um processo que impactará o futuro de muitas pessoas e que, por isso, não podem ser a extensão da ineficiência e omissão do Estado, mas sim, devem ser a porta que oportuniza a jovens e adultos desenvolverem o seu senso crítico, ao mesmo tempo em que capacitam-se para poderem estar aptos a terem as oportunidades que tanto precisam e que serão um diferencial no presente e no futuro.

Dentro dessa ideia, é necessário romper com as estruturas existentes, que preconizam uma estrutura precária e que não valorizam o processo de construção e desenvolvimento do aprendizado e que, muitas vezes, vai oferecer uma valorização inverídica da Educação, quando, na verdade, deseja-se somente a manutenção do “Status quo”, onde as pessoas não conseguirão desenvolver-se e nem garantir um melhor futuro para os seus familiares.

Observa-se que o público ao qual a EJA atende tem por característica marcante ter o perfil de ser: “[...] em sua maioria adulto, no sentido de que são pessoas com considerável experiência de vida, nas quais se incluem relacionamentos, filhos, separações, trajetória de trabalho, ganhos e perdas” (ROMANZINI, 2020, p. 11).

É importante considerar ainda, para que a Educação verdadeiramente funcione tal como assim deve ser, que é necessário a existência de uma exata visão acerca do que essa ideia representa não somente do ponto de vista escolar, como também, do ponto de vista social e profissional, uma vez, que muitos alunos dependem da EJA para progredirem profissionalmente.

Acerca disso, observa-se que: “[...] quanto maior a educação, maior o retorno profissional, e quanto menor, maior o desemprego e miserabilidade”(ROMANZINI, 2020, p. 9). Uma ideia simples, mas, que demonstra o porquê da existência de muitas omissões ainda no Brasil.

Sobre esse ponto, ao qual é apresentado neste trabalho, observa-se que: O antagonismo entre as duas concepções, uma a bancária, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí” (FREIRE, 2011, p. 95). Esse trecho não apenas complementa o que foi apresentado por Borón (et al, 1995) e Romanzini (2020), como também, contribui para um entendimento que sobrepõe-se aquilo que as pessoas conhecem e demonstra a necessidade de um aprofundamento no processo de pesquisa, a fim de entender a real essência dessas concepções

Ou seja, é necessário observar que o modelo educacional visto como eficiente, é o modelo que esteja em conformidade com o conjunto de interesses que estão muito além daqueles aos quais são realmente a necessidade das pessoas, inclusive, quanto ao relacionado ao próprio processo ao qual é inerente a evolução das pessoas na sociedade, o que faz com que muitas pessoas sejam prejudicadas. Esse ponto ao qual é citado é corroborado quando observa-se que: “Estamos, de fato, diante da presença de uma ideologização maciça, segundo a qual a realização do mundo atual exige como condição essencial o exercício de fabulações”(SANTOS, 2000, p. 19).

Nesse sentido, observa-se ainda que: “[...] o aluno não pode ver na escola sua própria realidade como base do conhecimento, pois isso não o fará desenvolver sua capacidade de percepção científica e social do tempo no qual ele próprio é sujeito” (OLIVEIRA, 2013, p. 151).

Logo, a escola deve proporcionar a possibilidade de evolução aos alunos, contribuindo, assim, para a melhoria do seu futuro e não ser um elemento limitador cujo desenvolvimento está inter-relacionado ao tipo de política a ser aplicado na sociedade por parte dos grupos políticos que protagonizam o poder. Isso fica evidente quando observa-se, acerca da Educação, que: “Nesse embate, a educação pública (notadamente em nível de ensino fundamental e médio) promove legiões de trabalhadores com pseudoqualificações e que serão inseridos de forma precária no universo do trabalho” (ROMANZINI, 2020, p. 10)

Mas, dito isso, e apresentado todo esse embasamento, será que os governantes oferecem o devido valor a essa ideia? Quando se analisa o exposto na Constituição Federal de 1988, não é redundância observar o que consta no Art. 205, ao qual diz que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]”. O fato é que essa diferença entre teoria e prática impacta a milhões de pessoas no Brasil.

Seguindo essa ideia, é muito importante que exista um entendimento claro e objetivo, e que demonstre que: “[...] educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social [...]” (LIBÂNEO, 1998, p. 22).

Nesse aspecto, observa-se que esse conjunto de ações, está muito além de apenas cumprir um preceito constitucional, mas sim, é a base que possibilita a realização que contribui

para o processo de mudança das pessoas e de suas realidades, e que mesmo diante dessa importância, é negligenciado no Brasil.

O fato é que, na realidade existente no Brasil, além desse quadro vigente, observa-se um descumprimento das normas existentes não somente na Constituição Federal, como também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o que ocasiona um conjunto de prejuízos muito maior do que possa ser imaginado, e que conduz esse trabalho ao quadro seguinte.

1.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge em um contexto em que buscava-se, não apenas o atendimento do que consta na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, mas também, era a oportunidade para que pessoas afetadas pela difícil escolha entre subsistência e educação, pudessem completar os seus estudos, ainda que tardiamente. Isso faz com que o público atendido pela EJA seja um público que caracteriza-se por sua heterogeneidade, o que é um fator que torna-se mais um desafio a ser superado pelas diferenças etárias e culturais existentes, tal como mostra Romanzini (2020). Isso fica evidente, ainda quando é observado, que: “Flexibilidade equivale à juventude; rigidez, a idade [...] Para os trabalhadores mais velhos, os preconceitos contra a idade mandam um poderoso recado: à medida que se acumula, a experiência da pessoa vai perdendo o valor [...]” (SENNET, 2007, p.114).

Sendo assim, é necessário que exista uma análise por meio dos fatores históricos, tendo em vista que o desenvolvimento da Educação no Brasil, nos séculos passados, observa-se que: “[...] a instrução popular [...] se desenvolveu precariamente durante todo o Império, século XIX e grande parte do período republicano. [...] O censo de 1890 informava a existência de 85,21% de iletrados na população total brasileira (PAIVA, 1985, p. 6385). Nesse aspecto, enquanto no passado ser iletrado não era visto como prejudicial nos aspectos sociais e profissionais, no presente, essa realidade mudou.

É importante analisar, ainda quanto ao que é apresentado, que existem muitas subjetividades que afetam a maneira como os próprios problemas educacionais são vistos na sociedade, tendo em vista que, nesse aspecto, observa-se que, mesmo com o fim do período imperial e início do período republicano, até 1996, quando foi editada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a construção e desenvolvimento da Educação estava

voltada fundamentalmente para que as pessoas soubessem ler e escrever, tal como nos ensina Romanzini (2020).

Não via-se uma preocupação quanto ao aprofundamento, ou ainda, esforços no sentido de que um senso crítico pudesse ser desenvolvido. Mesmo com essa observação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) manteve algumas subjetividades, tendo em vista que não existe uma garantia mais objetiva sobre uma mudança mais profunda na realidade do Brasil, uma vez que, tal como o processo de pesquisa mostra, o modelo educacional vigente acaba por ser um reflexo de necessidades que nem sempre são àquelas voltadas para um desenvolvimento amplo das pessoas.

Isso faz com que seja observada a necessidade de que uma mudança efetiva fosse aplicada, está inter-relacionada ao fato de que com os avanços tecnológicos, existiu a necessidade de que os trabalhadores também fossem capacitados para lidar com todas as mudanças que lhes eram impostas pelas mudanças ocorridas de maneira cada vez mais dinâmica. Esse fato trouxe a necessidade de uma maior capacitação por parte dos trabalhadores em todos os aspectos, no sentido de que pudessem estar prontos ao atendimento dessa demanda.

Não pode ser ignorado porém, que para a existência de trabalhadores capacitados, é necessário que exista um desenvolvimento de um modelo educacional que mostre-se como sendo amplo, até mesmo, muitas situações não são solucionadas somente com o domínio da Matemática ou Língua Portuguesa, mas, são solucionadas com o domínio de outros conhecimentos que são agregados a vida dos alunos durante a sua permanência na escola e, evidentemente, isso não seria diferente com aqueles alunos que dependem da EJA, não apenas para conquistar o diploma que prova o cumprimento dessa etapa escolar, mas, que contribui para que o aluno tenha uma percepção de que pode ter uma oportunidade de alterar a sua realidade.

O fato é que, ainda observa-se uma dicotomia quanto ao que era uma necessidade verdadeiramente das pessoas e o que era uma necessidade puramente voltada pelas ações e omissões políticas. Sobre isso, é importante observar que, enquanto os Educadores empenhavam-se em levar o ensino de qualidade para as pessoas, o mesmo não era visto quanto as ações desempenhadas pelos governantes. Nesse aspecto, é possível observar ainda que:

Ao final da década de 1950, o educador pernambucano Paulo Freire iniciou a sistematização de seu método de ensino para a alfabetização de adultos. Suas primeiras experiências de aplicação do método se iniciaram na cidade de Angicos, no

Rio Grande do Norte, em 1962, tendo a participação de 300 trabalhadores que foram alfabetizados em 45 dias. O método freireano estimulava a compreensão do registro escrito a partir do conhecimento do aluno e da conscientização da população sobre a realidade brasileira de maneira dialógica. Considerava que a educação, para ser transformadora e emancipadora, necessitava considerar e respeitar as pessoas, suas culturas e modo de vida (FREIRE; CARNEIRO, 2019, p.4).

A dicotomia existente fica muito evidente quando observa-se que, enquanto educadores como Paulo Freire buscavam uma fundamentação voltada para a importância da Educação e também mostravam que pessoas de todas as idades eram capazes de aprender, a visão existente por parte dos governantes era completamente oposta a essa ideia, tal como pode ser visto na colocação realizada, já no Governo Collor, pelo então Ministro da Educação, Prof. José Goldemberg.

O adulto analfabeto já encontrou seu lugar na sociedade. Pode não ser um bom lugar, mas é o seu lugar. Vai ser pedreiro, vigia de prédio, lixeiro ou seguir outras profissões que não exigem alfabetização. Alfabetizar o adulto não vai mudar muito sua posição dentro da sociedade e pode até perturbar [...] (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 de dezembro, 1991).

Nesse aspecto, a fala do então Ministro da Educação vem a corroborar o que já é visto ao longo de anos e décadas, que as práticas educacionais não obedecem a necessidade da sociedade, mas sim, obedecem a um conjunto de necessidades voltadas para o não cumprimento de nada que esteja em desconformidade com o modelo governamental existente. Isso denota que a ideia apresentada por Sennet (2007) aponta para uma triste realidade, que é potenciada pelo próprio modo de agir do Estado, por meio da figura de um Ministro da Educação que também desempenha o Magistério. Já no durante o período ao qual Fernando Henrique Cardoso foi o Presidente do Brasil, o que observou-se foi uma busca pela diminuição das obrigações do Governo no que era referente a Educação, o que denota uma vez mais que, a Educação no Brasil nunca foi uma prioridade para esses governantes.

Apesar dessa busca pela diminuição das obrigações do Estado com a Educação, no ano de 1996 foi promulgada a Lei nº 9.394/1996 que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse sentido, ficou estabelecido que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) seria voltada para aqueles que:

[...] não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade regular, assegurando a gratuidade aos jovens e aos adultos. Oportunidades educacionais apropriadas deveriam ser oferecidas, considerando as características do

alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996).

Observa-se, ainda, que por meio do Decreto nº 2.208/1997, foi estabelecido um ponto muito importante, que era a garantia de condições para o desenvolvimento das atividades que inter-relacionam-se à EJA nos ambientes escolares. Não bastava apenas criar condições, era necessário que essas condições fossem adequadas a realidade vivida pelas pessoas, o que significou um avanço muito significativo quanto a realidade existente no Brasil.

Esse público acaba trazendo consigo o preconceito e a exclusão social que permearam grande parte de suas vidas, afinal, ninguém pergunta por que determinada pessoa deixou a escola, mas sim, é mais fácil debochar de análises e frases incorretas, o que denota uma realidade dura existente no Brasil e que acaba por ser um retrato muito claro da sociedade existente no Brasil.

2. O MERCADO DE TRABALHO

Quando uma pessoa, independente de jovem ou adulto, busca a EJA, não está buscando apenas o cumprimento de uma etapa que interrelaciona-se somente a um currículo, mas sim, busca que aquele modelo educacional lhe possibilite a abertura de portas que normalmente não seriam abertas em situações normais em seus ambientes de trabalho, pois, a ausência de uma Educação completa, ainda que fosse aquela relacionada ao ambiente escolar, impactaria bastante nos critérios de escolha nas empresas, que nem sempre são objetivos.

Dentro dessa ideia, é necessário considerar que existem fatores subjetivos, que utilizam qualquer elemento para desqualificar um concorrente e para beneficiar pessoas que nem sempre alcançam a sua posição pela sua capacidade profissional, mas sim, pela simpatia de seus chefes.

Nesse sentido, analisa-se, que além das ações e omissões existentes ao longo do tempo, quanto ao que é correspondente a Educação, a própria dinâmica social trouxe mudanças que tiveram de ser aplicadas, uma vez, que não poucas foram as ações desenvolvidas pelos governantes. Dentro dessa ideia, observa-se que: A aplicação da tecnologia informática na produção trouxe mudanças que concretizaram, na contemporaneidade, uma aspiração primordial da economia capitalista: a de transformar o globo terrestre em um imenso mercado mundial (WOLFF, 2004, p. 1).

Esse fato evidencia que o espaço dedicado às pessoas que não possuem a adequada qualificação, tornar-se-ia cada vez mais reduzido, a medida que a sociedade continua a avançar quanto a construção e ao desenvolvimento de tecnologias que mostram-se ainda mais complexas do que as existentes na atualidade.

O problema é que isso representa uma paradoxalidade, pois, para que as pessoas consigam sucesso nos seus ambientes de trabalho e alcancem as posições que necessitam, precisam ter o adequado nível de formação, mas, quando buscam esse complemento, acabam sendo preterido por conta de situações subjetivas de escolhas, mas, que denotam a existência de uma cultura que não vê necessidade quanto ao desenvolvimento pleno de alunos ou de pessoas que precisam da EJA, mas, que contribui para que as pessoas limitem-se em muitos momentos, somente a ler e escrever. Isso fica evidente quando evidencia-se que: Tal negação é tanto maior quanto mais se aplica o projeto neoliberal. As políticas públicas implementadas para estes sujeitos seguem a lógica da terceirização das políticas oferecidas bem como “uma inserção no universo do trabalho part-time, precarizado e desregulamentado (ANTUNES, 2004, p. 337).

Dentro desse contexto, pouco importa as reais necessidades das pessoas, desde que essas pessoas estejam minimamente aptas para o desempenho do trabalho. Um exemplo prático disso é que, no início do Século XXI, o que mais era difundido na sociedade era que aquele que não possuísse curso de informática seria excluído de oportunidades no mercado de trabalho. Isso ocorria, não pela preocupação que verdadeiramente as pessoas buscassem um conhecimento que as beneficiassem e fosse capaz de melhorar a sua situação de vida no futuro, mas sim, pelo fato de que era necessário garantir pessoas com o mínimo de capacitação para lidarem com a tecnologia que, naquele momento, ganhava um considerável espaço na sociedade.

Nesse sentido, observa-se que, passados mais de 20 anos, as pessoas aprendem as noções de informática, hoje, por meio da internet, sem que nunca tenham precisado entrar em um curso para desenvolver esse tipo de conhecimento. Isso denota que nunca houve um interesse por parte de uma sociedade capitalista, que jovens ou adultos pudessem evoluir, não somente do ponto de vista social, como também, do ponto de vista pessoal, uma vez, que a Educação tem a capacidade de abrir uma infinidade de portas. Isso fica evidente quando observa-se que:

[...] quanto mais aumentam a competitividade e concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal, a degradação do homem e de suas atividades subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias (MÉSZÁRIOS, 2009, p. 175),

Diferentemente desse exemplo acerca da importância da informática no início do Século XXI, o mesmo não pode ser aplicado à Educação nas escolas ou no ambiente acadêmico, tendo em vista que, aquilo que deixa de ser aprendido em sala de aula, representa uma lacuna que nem sempre vai poder ser preenchida em determinado momento, nem mesmo, por meio de pesquisas na internet.

Deste modo, não pode existir um conformismo por parte de quem busca a EJA em apenas “completar os estudos”. É necessário um pouco mais, no sentido de que o processo seja visto como uma oportunidade de uma mudança de vida que está além do ambiente profissional. Nesse aspecto, não pode ser a EJA desenvolvida pelos governantes para ensinar o mais do mesmo, mas sim, deve ser desenvolvida para possibilitar que, verdadeiramente, os estudantes, independente de jovens ou adultos de qualquer idade, tenham a oportunidade de desenvolver-se e alterar a sua vida em todos os aspectos.

2.1 O CONJUNTO DE REGRAS QUE INFLUENCIA O PROCESSO

Além disso, não pode ser desconsiderado, o fato de que a construção do ambiente profissional existente na sociedade na atualidade, obedece a um conjunto de regras que tem as suas bases fundamentadas no capitalismo existente que pouco importa-se com as pessoas e suas necessidades. Acerca dessa ideia, observa-se que:

Noutras palavras, as classes menos favorecidas, basicamente trabalhadores de baixa renda, acompanhado de etnias pardas, negras e mestiças em geral, estão excluídas de uma práxis verdadeiramente educativa e de consciência transformadora. A consequência é uma educação elitizada, ou melhor, uma educação de qualidade cujo acesso está focado nas elites, restando às classes e etnias citadas (o que em muitos casos, é a mesma coisa) uma educação precária e de qualidade questionável (ROMANZINI, 2020, p. 6).

Nesse sentido, a realidade existente mostra-se como sendo uma realidade que não valoriza as pessoas que passam por dificuldades e pouco se importa com o que pensam ou deixam de pensar. Isso fica mais evidente quando observa-se que, na atualidade, não poucas são as críticas existentes a Paulo Freire e aos seus métodos educacionais, mas, o mesmo Paulo

Freire que é tão criticado por parte de uma classe política que busca apenas o atendimento de seus interesses, é utilizado no ensino voltado aos filhos da elite, assim como Vygotsky e Piaget.

Esse ponto representa uma ideia paradoxal, tendo em vista o fato observado que, enquanto um modelo tem o seu sistema de ensino desenvolvido plenamente por conta de uma realidade financeira diferente, nas escolas das áreas mais pobres e que são voltadas aos mais pobres, tem sido gradativamente desenvolvida uma política voltada para um “ensino militar”, o que demonstra um propósito subjetivo de manter a sociedade no mesmo estágio social.

Observa-se que Freire (1996) entendia a educação como um ato político, em que é por meio do trabalho coletivo, que os objetivos são alcançados e que todos os envolvidos no processo conseguem evoluir de alguma maneira. Um ensino excludente não é a solução para o problema, da mesma forma que desprezar aqueles que precisaram escolher entre trabalhar e estudar, é um erro, pois isso desconsideraria todo o quadro que conduziu até essa situação.

Isso fica evidenciado quando observa-se que, enquanto “hierarquia e disciplina” tornam-se a base fundamental do ensino de alguns, grandes nomes da educação e do pensamento tornam-se a base de ensino para outros, o que ao, mesmo tempo em que apresenta uma paradoxalidade, apresenta também, um quadro que será refletivo a médio e longo prazo, e fará com que aqueles que não adaptam-se a esse modelo que vem sendo implantado, deixem também a escola, e busquem manter-se de outra maneira, o que não quer dizer que, cedo ou tarde, não busquem na EJA aquele ensino que foi, de alguma maneira, retirado no passado, quando tiverem a necessidade de progredirem profissionalmente ou pessoalmente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do processo que foi desenvolvido durante as pesquisas para esse trabalho, observou-se a existência de uma complexidade quanto a EJA que nem sempre é compreendida pelas pessoas e que mostra o quanto são imensos os prejuízos ocasionados pela falta de investimento por parte do governo e ao mesmo tempo, pelo preconceito existente, que manifesta-se em muitos momentos, quanto aqueles que realizam esse modelo educacional em algum momento de suas vidas. Ainda que a Constituição Federal de 1988 garanta a Educação como um direito, existe uma diferença entre teoria e prática que nem sempre é fácil de ser superada e que representa um imenso perigo, em especial, quando observa-se que preocupa-se fundamentalmente se a pessoa sabe Língua Portuguesa ou Matemática, mas, não existe uma

preocupação quanto a importância de utilização do senso crítico, que para ser desenvolvido, depende de uma Educação que ofereça subsídios para docentes e discentes.

Observa-se, ainda, que existe um preconceito enorme na sociedade quanto as pessoas que, por alguma razão, não completaram o seu ensino, mas, ao mesmo tempo, falta um entendimento acerca do que verdadeiramente faz com que essas pessoas deixem o ambiente escolar, o que faz com que a discussão acerca do tema, acabe sendo realizada pelo senso comum ou de maneira rasa, não levando em consideração, os aspectos técnicos e científicos, que mostram o quanto essas pessoas são prejudicadas por um modelo de Governo que ao longo dos anos e grupos políticos, pouco se importa com a real necessidade da população.

Sobre isso, é importante considerar ainda, que não é fácil para o jovem ou adulto o distanciamento desse ambiente de aprendizado, em especial, quando observa-se que é mais fácil taxar alguém como “burro” do que entender que talvez, aquela pessoa teve que escolher pela ajuda aos seus familiares em algum momento, o que acaba sendo um fator que é determinante a esse processo, motivo ao qual, é importante que, antes dos julgamentos, venha o entendimento, e que, antes das críticas, venha a ajuda.

À medida que os anos passam, as políticas observadas não contribuem para que exista uma diminuição das desigualdades, pelo contrário, observa-se uma potencialização desse quadro, o que faz com que exista a necessidade de que esses elementos sejam vistos de maneira mais atenta e que exista um comprometimento com a valorização e melhoria da EJA em todo Brasil. Muito além do lugar-comum existente na sociedade é muito importante que as pessoas estejam comprometidas com a melhoria educacional da sociedade brasileira, tendo em vista, que o futuro é muito subjetivo, quando observa-se que pouco é feito no presente para garantir uma vida melhor para jovens e adultos na sociedade brasileira.

4. REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

- ALTVALTER, E. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER, A. [ET AL.]. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999
- BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E. GENTILI, P. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 63-118
- BRASIL. Lei nº 9.394: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.
- _____. Decreto nº 2.208: Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
- _____. Resolução CNE/CEB Nº 1. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Brasília: CNE, 2000.
- _____. Parecer CEB Nº 11. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Brasília: CNE, 2000.
- _____. Constituição Federal de 1988. Brasília: STF, 2019.
- FERREIRA, A. Mini Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa. 8ª Ed. Rev. e Ampl. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2010.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. Pedagogia da práxis. São Paulo: Cortez/instituto Paulo Freire, 1999.
- _____. Pedagogia do Oprimido. 50ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, P. C.; CARNEIRO, M. E. Reflexo sobre a Educação de Jovens e Adultos: Contradições e possibilidades. Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático I – Políticas em educação profissional, 2019.
- GADOTTI, M; ROMÃO, J. (orgs). Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. 7ª Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.
- JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 1991.
- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 1998.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2009.

- OLIVEIRA, T. Escola, conhecimento e formação de pessoas: considerações históricas. Políticas Educativas, Porto Alegre, v. 6, n.2, p. 145-160, 2013.
- PAIVA, V. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- PINTO, Á. J. Sete Lições sobre Educação de Adultos. 16ª Ed. São Paulo, 2010.
- ROMANZINI, B. EJA – Ensino de Jovens e Adultos e o mercado de trabalho. Qual ensino? Qual trabalho? Londrina: UEL, 2020.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal, Record, São Paulo, 2000.
- SENNET, Richard. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2007
- WOLFF, S. O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações: o processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos. Campinas: Unicamp, 2004.